

Os Jovens e as Políticas Públicas de Juventude:

Olhares e Trajetórias

Autores:

Josbertini **Virginio
Clementino** - Mestre
em Planejamento em
Políticas Públicas.

Maria **Celeste
Magalhães Cordeiro** –
Doutora em Sociologia
– Universidade Federal
do Ceará, UFC

Resumo

O presente artigo trata do objeto das políticas públicas de juventude. Faz-se uma discussão inicial sobre a compreensão da juventude na contemporaneidade, identificado os diversos olhares atribuídos aos jovens pela sociedade. Em seguida é realizada uma contextualização das políticas de juventude no plano internacional e no Brasil, relatando a trajetória dessas políticas e sua situação no momento atual.

Palavras-Chave: Juventude, Políticas de Juventude, Políticas Públicas.

Abstract

This article deals with the subject of public youth policies. It is an initial discussion on the contemporary understanding of youth, identified several approaches to youth assigned by society. Afterwards, a contextualization of youth policies internationally and in Brazil, reporting the trajectory of these policies and their situation at the moment.

Keywords: Youth, Youth Policy, Public Policy.

INTRODUÇÃO

O tema “juventude” auferiu visão pública nos últimos dez anos no Brasil, ocupando a pauta em diversos espaços, como os meios de comunicação, as universidades e os parlamentos. Uma das razões deste interesse é o aumento do número de jovens no País. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, há cerca de 50,2 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos no Brasil, representando mais de 1/4 da população nacional. Em comparação demográfica, no ano de 2007, a população total da Argentina foi estimada em cerca de 40 milhões e a da Venezuela em 26 milhões.

Num país de proporções continentais, como o Brasil, atravessado por gritantes desigualdades sociais, os jovens não devem ser enxergados como um bloco homogêneo. Ao debruçar-se sobre a juventude brasileira, o conceito de “juventudes plurais” torna-se mais adequado, já que há diferenças acirradas de ser jovem em função das classes sociais, de habitar no centro da grande metrópole ou em sua periferia, de viver no campo, de pertencer a religiões e credos distintos, chegando também no nível das etnias.

Os olhares da sociedade sobre a juventude ainda é carregado de mitos e preconceitos. É necessário sempre renovar esse olhar compreendendo melhor, e ouvindo o que os próprios jovens querem e pensam sobre seu futuro, para que se possam construir novos referenciais de sociedade.

Quanto às políticas de juventude, identifica-se que chegam de maneira tardia na agenda das políticas públicas no Brasil. Essas políticas já existem no país e esse processo de inserção na agenda pública foi iniciado e está em curso. A trajetória dessas políticas deve ser reforçada para que seu processo de consolidação seja irreversível, permanente e sustentável.

OS JOVENS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: OLHARES E TRAJETÓRIA

A compreensão da juventude na contemporaneidade

O primeiro passo para discutir juventude é identificar de qual juventude se está falando. Falar deste grupo pode parecer uma tarefa simples, uma vez que o termo é corrente nos vocabulários e tem-se uma definição no senso comum. Convive-se com jovens no dia-a-dia e todos têm opiniões a respeito das características, questões, problemas ou virtudes da juventude. Diariamente observam-se instituições disseminarem impressões sobre quem são e como vivem os jovens.

Com frequência, a imagem dos jovens é permeada por estereótipos e por um conjunto de idéias bastante contraditórias sobre a vivência da condição juvenil. É comum, por exemplo, que comerciais e propagandas explorem a imagem da juventude, associando os sujeitos jovens à saúde, ao desprendimento, à liberdade e à espontaneidade. Por outro lado, nos noticiários da TV, pode-se observar uma percepção bastante negativa dos jovens, atrelando suas imagens, sobretudo de negros e pobres, ao desvio, à desordem social e à violência.

Constata-se esta contradição pelo fato de a sociedade, por um lado, ser “juventocêntrica”, em que ser jovem se tornou um modelo cultural valorizado e consumido por todos, estando nesta condição ou não; por outro, quando se verificam os jovens concretos e também reais, percebe-se a existência de preconceitos e estereótipos que são reiterados em diferentes espaços. Um exemplo é a idéia de irresponsabilidade e imaturidade visivelmente difundida para falar do conjunto dos jovens, enquanto a violência e o desvio são estigmas que recaem para grupos específicos da população.

A primeira dificuldade quando se fala da juventude é determinar qual é a faixa etária que a define. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e outras instituições de pesquisa no País têm utilizado o recorte dos 15 a 24 anos. Já outras organizações tomam como parâmetro o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, de 1990, que determina o término da adolescência aos 18 anos. Já a Secretaria Nacional de Juventude adotou como parâmetro a idade de 15 até 29 anos.

A discussão sobre o início e o término da juventude diz respeito a como se diferencia esta de outros grupos dentro da população. Além disso, ela define, por exemplo, a quem devem ser destinados recursos, projetos e políticas dirigidas aos jovens. No Brasil, ainda há uma confusão no uso dos termos juventude e adolescência, muitas vezes empregados como sinônimos, mas que embora estejam relacionadas, as duas categorias dizem respeito a processos distintos.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS, a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico e psíquico, que vai dos dez aos 19 anos de idade, abrangendo a pré-adolescência (dez a 14 anos) e a adolescência propriamente dita (15 a 19 anos). Esta definição leva em conta o desenvolvimento bio-psíquico dos sujeitos. Já a juventude é considerada uma categoria que foi social e historicamente constituída e que está relacionada com um período no ciclo vital dos indivíduos para o qual cada sociedade atribui sentidos, expectativas e significados diversos.

A juventude, tal como a se concebe hoje, está conectada à estruturação da sociedade moderna ocidental e às novas possibilidades abertas pelo desenvolvimento industrial e capitalista. A idéia de juventude foi estabelecendo-se como um momento cuja marca seria o preparo para a “vida adulta”. E esse ciclo termina quando os sujeitos transpõem algumas fronteiras que marcam aquilo que socialmente é atribuído ao mundo dos adultos: terminar os estudos, viver do próprio trabalho, sair da casa dos pais, casar-se, ter filhos e estabelecer-se numa moradia pela qual se torna responsável.

Os jovens brasileiros, porém, conciliam escola e trabalho. Muitos, apesar de trabalhar, ainda não conseguem produzir o próprio sustento com a renda obtida. Alguns já se encontram experimentando paternidade e maternidade. A idéia de manter a juventude afastada de algumas atribuições reservadas aos adultos está longe de ser uma realidade partilhada pelo conjunto de jovens brasileiros.

Além disso, mudanças recentes na sociedade tornam cada vez mais difícil definir onde começa e onde termina a juventude. O aumento da expectativa de vida dos brasileiros, a ampliação do tempo de permanência na escola, o desemprego estrutural, entre outros, produzem o que muitos denominam de prolongamento e “descronologização” da juventude.

Nesse sentido, o Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE, um espaço de articulação e formulação de políticas para a juventude que reúne sociedade civil e representantes do Poder Público, considerou que são jovens no Brasil:

(...) o cidadão ou cidadã com idade compreendida entre os 15 e os 29 anos. (...) Nesse caso, podem ser considerados jovens os “adolescentes-jovens” (cidadãos e cidadãs com idade entre 15 e 17 anos), os “jovens-jovens” (com idade entre os 18 e 24 anos) e os “jovens-adultos” (cidadãos e cidadãs que se encontram na faixa-etária dos 25 aos 29 anos).

Trabalhar com essas distinções é útil porque permite aprimorar o conhecimento sobre os sujeitos e descobrir suas reais necessidades, interesses e demandas.

A juventude pode ser considerada uma etapa da vida que, como as outras, possibilita um conjunto de novas trajetórias, desafios e experiências. Mais do que um momento assinalado por transformações biológicas, a juventude é marcada pelas relações que as pessoas estabelecem dentro da sociedade. Se for considerada, porém, apenas como um momento de trânsito entre infância e o estágio adulto, corre-se o risco de perceber a juventude apenas a partir daquilo

que o senso comum diz que lhe falta: maturidade, competências e responsabilidades de adultos.

É preciso perceber que ela também é uma vivência específica no presente, marcada por novas experiências, contato com outros grupos e maior autonomia da família e de outros adultos. Sendo assim, a juventude combina processos de preparo para a vida adulta, entrando aí a formação, com outros de experimentação e construção de trajetórias que incluem a inserção no mundo do trabalho, a definição de identidades, a vivência da sexualidade, da sociabilidade, do lazer, da fruição e criação cultural e da participação política efetiva.

Outra especificidade da juventude é o fato de este grupo de pessoas viver de modo mais intenso os dilemas e questões que são de toda a sociedade, antecipando-as. Eles chegam depois na sociedade do adulto. Por isso, possuem mais condições de estranhá-la e questioná-la. Isso não significa, contudo, afirmar que os jovens sejam naturalmente revolucionários, mas sim que estão mais dispostos a novas experiências. Podem, todavia, buscar um caminho de ruptura ou de inserção. E a ruptura pode ter diferentes significados, não sendo necessariamente positiva.

Os jovens podem ou não conservar valores como a solidariedade e o respeito, podem lutar por um país mais justo ou podem referendar um mundo competitivo e desigual. Tudo depende de suas experiências concretas e das possibilidades reais de constituir suas experiências nas diferentes esferas da vida. Produziu-se um consenso, no Brasil, de que é necessário atentar para as diversas situações envolvidas quando se trata da juventude. Isso porque é muito difícil afirmar que os jovens do país partilham de condições parecidas para vivenciar esta etapa da vida.

Por outro lado, os jovens de hoje sofrem o impacto de questões como o avanço de doenças como a AIDS, a presença cada vez maior das tecnologias de informação e comunicação, a mudança nas estruturas familiares, a chegada do

aquecimento global e outras ameaças ao meio ambiente e o aprofundamento da globalização capitalista. Isso define as experiências dos sujeitos jovens e influencia as visões que eles próprios possuem de si. Assim, as vivências e experiências dos jovens estão fortemente ligadas aos contextos em que os sujeitos estão imersos e com as diferentes práticas culturais. Essas diferenças também são marcadas pelas limitações de ordem econômica e social desses contextos.

A classe social do indivíduo, sua condição étnica e de gênero, sua presença ou não no mercado de trabalho e na escola, seu local de moradia – urbano ou rural –, sua situação familiar, ter ou não uma deficiência, sua orientação sexual e sua escolha religiosa são fatores, entre outros, que vão diferenciando internamente este grupo que se chama de juventude. Por isso, ao falar-se das experiências juvenis, deve-se reconhecer esta diversidade e pronunciar juventudes, no plural; e esse reconhecimento demanda uma atenção redobrada para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens.

O contexto das políticas de juventude no plano internacional e no Brasil

No plano internacional, a temática da juventude já é pautada nas políticas públicas há mais tempo. A Organização das Nações Unidas - ONU atentou para a importância de pensar as especificidades da juventude em 1965, quando aprovou a “Declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos”.

Vinte anos depois, a Organização recolocou o tema na pauta e elegeu 1985 como Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Naquele ano, países deram um importante passo ao reconhecer os jovens como categoria formada por diversos subgrupos, indicando pela primeira vez ações para responder às demandas específicas de jovens deficientes, das zonas rurais e urbanas e das mulheres jovens.

Desde então, o cuidado com o futuro dos jovens e com sua inclusão na sociedade ganhou destaque no cenário internacional. Os temas que a Assembleia Geral selecionou para o Ano Internacional da Juventude - participação, desenvolvimento e paz - refletiam a preocupação geral da comunidade internacional por justiça distributiva, participação popular e qualidade de vida. Estas diretrizes influenciaram na elaboração do Programa de Ação Mundial para a Juventude até o Ano 2000 e Além, feito em 1995.

Inicialmente, o plano apontou iniciativas em dez áreas prioritárias: Educação, Emprego, Fome e Pobreza, Saúde, Meio Ambiente, Drogas, Delinquência Juvenil, Atividades de Tempo Livre, Gênero e a Participação Efetiva dos Jovens na Vida Social e nos Processos de Tomada de Decisão. Em 2005, a ONU agregou mais cinco áreas de prioridade adicionais em relação à juventude: Globalização, Tecnologia de Informação e Comunicação, AIDS, Jovens e Prevenção de Conflitos e Relações Inter-geracionais.

Vale salientar que em 1991 e 1996 foram realizados, respectivamente, o primeiro e o segundo Fórum Mundial da Juventude do Sistema das Nações Unidas.

Outro marco relevante para o reconhecimento e o fortalecimento dos organismos nacionais de juventude e em favor das políticas públicas para este segmento foi a aprovação da “Declaração de Lisboa” na I Conferência Mundial de Ministros de Juventude, realizada em Portugal em 1998. No mesmo período, em Braga (também em Portugal), foi realizado o Terceiro Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, intitulado “Participação da Juventude no Desenvolvimento Humano”. Neste foi construído o “Plano de Ação de Braga para Juventude”, a primeira carta internacional de consenso aprovada entre as juventudes das internacionais comunista, socialista, democrata-cristã e liberal, além de jovens representantes da sociedade civil, como escoteiros, movimentos e grupos eclesiais, ecologistas e de gênero e raça.

O Plano de Ação de Braga, junto com a Estratégia de Dakar para o “empoderamento” da Juventude, elaborada em evento realizado na capital do Senegal em 2001, pela primeira vez promoveram um paradigma de políticas públicas de juventude com enfoque integrado e intersetorial, de longo prazo, procurando estimular a o diálogo entre organizações juvenis e instituições governamentais na formulação das políticas direcionadas aos próprios jovens.

Junto a todo este processo de reflexão, debate e aprovação de indicações internacionais, diversos países adotaram em suas estruturas de governo instituições especializadas em juventude, como ministérios, secretarias, institutos e coordenações de programas. Os documentos internacionais também favoreceram que estes órgãos nacionais especializados passassem a incorporar a participação efetiva das organizações de jovens na definição e acompanhamento das políticas.

Mais recentemente, em 2005, a Organização Ibero-Americana de Juventude - OIJ aprovou a Convenção Ibero-americana dos Direitos da Juventude. O documento reforçou a crítica às visões negativas ou paternalistas da juventude e ratificou a defesa de que este segmento deve ser tratado como cidadãos plenos, sujeitos de direitos e agentes estratégicos de desenvolvimento.

Diferentemente de alguns países da América Latina e da Europa, o Brasil demorou a compreender essa condição juvenil que acabara de ser relatada como algo que demandava políticas públicas específicas. Isso não quer dizer que não existissem no Brasil ações dirigidas para indivíduos que estavam nesta faixa de idade. Em 1927, por exemplo, foi sancionado o primeiro Código de Menores (Código Mello Matos) e, em 1940, durante o governo de Getúlio Vargas, foi aprovado decreto que obrigava a aplicação de aulas de Educação Moral, Cívica e Física para a infância e juventude.

Entre os anos de 1970 e 1980, desenvolveram-se mobilizações da sociedade civil em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, para que passassem a

ser tratados como sujeitos de direitos e não como elementos perigosos para a sociedade. Até a década de 1990, contudo, não havia políticas sociais destinadas especificamente a esse segmento, que era abrangido dentro do conceito de universalidade das ações.

Em 1990, foi aprovado e publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, marco legal que transformou a legislação da menoridade no Brasil. O estatuto refletiu a nova concepção de direitos deste segmento – fruto das lutas das organizações da sociedade civil nas décadas anteriores – ao introduzir a importância da proteção integral das crianças e adolescentes brasileiros.

Mesmo com a aprovação do ECA, a ideia de políticas de juventude ainda não existia nesse período. No País, esta ideia emerge, sobretudo na década de 1990, em decorrência de fatores diferentes, como as mudanças na situação do País e do mundo e o surgimento de importantes atores políticos (organismos internacionais, organizações e movimentos juvenis, entidades da sociedade civil voltadas para o tema, entre outros). Além disso, outro fator que influenciou o debate sobre política de juventude no Brasil foi o desenvolvimento e a consolidação da agenda internacional sobre o tema.

No Brasil só é possível falar em políticas públicas de juventude a partir de meados da década de 1990. É nesse período que surgem, nos planos local e regional, organismos públicos destinados a articular ações no âmbito do Poder Executivo e estabelecer parcerias com as organizações de juventude, da sociedade civil e do setor privado para a implantação de projetos ou programas de ação para a juventude. Exemplos são a criação de fóruns e conselhos de juventude, estaduais e municipais, e a participação de jovens em processos decisórios, como o Orçamento Participativo, ou ainda ocupando a função como gestores públicos.

Entre 1995 a 2002, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, ainda que não se possa falar de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros na esfera federal, algumas propostas foram executadas, sobretudo com

base nas idéias de prevenção, controle ou efeito compensatório de problemas que atingiam a juventude. Em geral, o debate em torno da formulação dessas políticas foi permanentemente influenciado pelo tema da violência, vinculado ao consumo e tráfico de drogas.

Durante este período, e ainda hoje, a constatação e o reconhecimento dos problemas, que afetam uma grande parcela da população jovem, fizeram com que a juventude fosse vista numa condição de risco social e/ou vulnerabilidade. Em resposta, foram criados diversos programas que focalizaram as práticas de transgressão e de risco dos jovens, que devem ser evitadas e combatidas. Dois exemplos muito vistos neste período foram: desenvolvimento de programas esportivos e culturais, orientados para controle social e ocupação do tempo livre dos jovens rapazes e iniciativas dirigidas às jovens mulheres para que elas não engravidassem.

Essa perspectiva vem sendo, de maneira recorrente, bastante criticada por pesquisadores e organizações sociais. Por um lado, tem-se afirmado que tal abordagem tende a construir uma percepção da juventude bastante estigmatizada, principalmente daqueles jovens pobres e moradores de bairros periféricos, para os quais são destinadas as ações públicas. Por outro, se destaca a ineficácia de ações feitas sob a justificativa da prevenção e não da promoção de direitos como cultura, lazer, educação, saúde, entre outros.

A segunda perspectiva, bastante comum no País, é a abordagem sob a qual o jovem é encarado como sujeito que se encontra em preparação para a vida adulta. A ênfase recai no futuro e a educação se converte na política por excelência dirigida a eles. O olhar está centrado na defesa de uma moratória com os jovens e na perspectiva de que eles devem se dedicar aos preparativos para essa inserção adulta. Assim, os programas são vistos com apoio nas contribuições que eles podem trazer na estruturação de boas bases para o desenvolvimento de um país e de sua população no futuro, e não como ações necessárias para garantir qualidade de vida para uma parcela da população no presente.

Ressalta-se que, nesse período de 1995 a 2002, embora não se tenham políticas específicas de juventude, descoladas das políticas universais e com numa visão dos jovens como sujeitos de direitos e agentes estratégicos de desenvolvimento, ocorreram alguns fatos e momentos importantes para a construção das políticas de juventude no Brasil.

Foi realizado pela Fundação MUDES¹ em 1995, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Técnicos em Juventude, com a participação de especialistas e jovens de vários municípios brasileiros, no qual se debateu e foi indicada proposta de formulação de uma Política Nacional de Juventude.

Em 1997, dois anos depois, no âmbito do Governo Federal, criou-se uma Assessoria específica de juventude vinculada ao Gabinete do Ministro da Educação e a UNESCO criou no Brasil um departamento de pesquisa específico para juventude.

Já em 1998, foi realizado o I Festival Nacional de Juventude, em Brasília, promovido pelo Governo do Distrito Federal, gestão de Cristovam Buarque, e sociedade civil. Referido Festival, que contou com a presença de cerca de cinco mil jovens, foi o encontro de juventude mais amplo, plural e participativo ocorrido no Brasil na década de 1990 e teve como proposta discutir e aprofundar a elaboração e execução de políticas de juventude. Concomitante ao Festival, surgiram as bases do Fórum Nacional dos Movimentos e Organizações Juvenis.

Em 2001 e 2002, respectivamente, a Universidade Federal Fluminense - UFF e a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, constituíram os

¹ Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social é uma instituição filantrópica e sem fins lucrativos, voltada para o desenvolvimento de programas e projetos sociais em benefício da juventude. Atua como agente de integração, fazendo a mediação entre as empresas conveniadas que oferecem vagas de estágio a estudantes de ensino médio, técnico e superior que buscam uma oportunidade. Referida Fundação representou o Governo Brasileiro em vários eventos internacionais de juventude na década de 1990, inclusive na Organização Ibero-americana de Juventude.

primeiros Observatórios de Juventude em Universidades brasileiras, juntamente com a Universidade Católica de Brasília, que, em parceria com a UNESCO, lançou o Observatório de Violência nas Escolas.

Destaca-se nessa construção o Seminário “Políticas Públicas: Juventude em Pauta”, organizado em 2002 pela ONG Ação Educativa juntamente com a Fundação Friedrich Ebert. Esse seminário conseguiu reunir, de maneira ampla, pesquisadores, gestores, ONGs e grupos juvenis para delimitar e debater, com suporte nas experiências nacionais e internacionais apresentadas, questões cruciais do campo das políticas públicas de juventude, inclusive tendo como produto um livro com a coletânea dos textos trabalhados.

Também, no ano de 2002, com o advento das eleições presidenciais, uma grande diversidade de organizações e movimentos de juventude, de todas as regiões do Brasil, convocadas pela Organização Brasileira de Juventude – OBJ, reuniram-se no Rio de Janeiro, e, com base nos consensos internacionais, aprovaram uma carta comum chamada de “Agenda Jovem 2002”. O ativismo de vários agentes sociais e o peso eleitoral dos jovens naquela eleição levou os três principais candidatos à Presidência da República a apresentar propostas específicas para a juventude brasileira em seus planos de governo.

Logo após as eleições, o debate sobre juventude ganhou força em diversos espaços. Na Câmara dos Deputados foi criada a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude - CEJUVENT. Em 2004, esta Comissão realizou um processo inédito e experimental de Conferências Estaduais de Juventude que culminou na realização da primeira Conferência Nacional de Juventude.

Este evento foi uma grande oportunidade de encontro para as organizações e movimentos de juventude e, apesar das dificuldades de organização, foi um marco relevante na construção das políticas públicas de juventude no Brasil, pois comprometeu o Parlamento brasileiro com o debate. Como resultado, a Conferência apresentou subsídios à formulação do Plano Nacional da Juventude,

que estabelece metas a serem cumpridas em prol da juventude num período de dez anos, e o Estatuto da Juventude, que reafirma os direitos dos jovens. Tais iniciativas representaram esforços para transformar as políticas públicas de juventude em políticas de Estado, presentes na legislação nacional.

Esses esforços do Poder Público foram acompanhados por debates e acordos de apoio desenvolvidos por organismos internacionais. Exemplos são a elaboração do Índice de Desenvolvimento da Juventude - IDJ da UNESCO, e as propostas desenvolvidas por cerca de cem organizações de juventude no evento “Vozes Jovens I e II”, organizado pelo Banco Mundial, em parceria com a Secretaria Geral da Presidência da República e o sistema ONU no Brasil.

Outra importante iniciativa, esta oriunda da sociedade civil, foi o Projeto Juventude, do Instituto Cidadania, que realizou uma série de levantamentos, debates e pesquisas sobre a situação da juventude no País. Nesse projeto, que envolveu boa parte dos especialistas brasileiros no tema, se desenvolveu um consistente banco de informações, estudos e propostas sobre políticas públicas de juventude.

Também as organizações e movimentos da juventude buscaram articular-se com vistas a participar da formulação e definição das prioridades governamentais. Entre 2003 e 2005, foram criados fóruns e movimentos como a Rede Juventude pelo Meio-Ambiente – REJUMA, o Diálogo Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis e a Rede Nacional de Organizações, Movimentos e Grupos de Juventude - RENAJU, exemplos distintos desta mesma intenção, de setores da juventude brasileira, de constituir plataformas e redes juvenis em âmbito nacional com cada uma reconhecendo seu papel e suas limitações. Em 1998, já havia sido lançada a Rede de Jovens do Nordeste – RJNE.

Outro marco importante foi a realização da Future - Feira de Rumos e Atitudes, que, a partir de 2004, deixou de ser um evento local do Ceará, tomando visão pública, reconhecimento e destaque nacional como o maior evento de

juventude do Brasil. As edições anuais de 2004, 2005 e 2006 tiveram um público aproximado de 50 mil jovens visitando e participando das inúmeras atividades oferecidas pela Feira. Referido evento auferiu outra dimensão, quando cerca de 200 organizações de juventudes, lideradas pela ONG Terra da Sabedoria e Universidade da Juventude, passaram a promover o evento juntamente a Prática Eventos, empresa idealizadora da Feira, e os parceiros já tradicionais: Sistema Verdes Mares(TV Globo local) e Secretaria de Juventude do Ceará.

Nesse período, diversos governos municipais e estaduais criaram órgãos gestores de juventude e reforçaram ações visando à participação dos jovens na elaboração das PPJ, no “empoderamento” de suas organizações associativas, e numa maior efetividade na aplicação dos recursos, com suporte em esforços capazes de mobilizar setores estratégicos do Poder Público e da sociedade civil pela promoção da juventude brasileira. Os Estados do Tocantins, São Paulo e Ceará foram os precursores na criação de secretarias de juventude no Brasil.

Em 2004, foi lançado em Fortaleza-CE, o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, visando articular as políticas públicas de juventude das unidades federativas brasileiras no plano nacional. Ficou estabelecido que esse novo espaço de articulação constituído pelos gestores estaduais de juventude teria reuniões periódicas entre os gestores e colaboradores, proporcionando uma maior ação conjunta, troca de demandas e experiências de êxito. Esse espaço logo foi reconhecido pelo Governo Federal, cedendo uma cadeira do Conselho Nacional de Juventude para o aludido Fórum.

No mesmo ano, o Governo Federal criou um grupo de trabalho interministerial de juventude para identificar os caminhos e formular a política nacional de juventude, contando com a participação de 19 Ministérios, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República. Como resultado, o Governo apresentou, em junho de 2005, as suas primeiras ações de construção do embrião de uma Política Nacional de Juventude: a criação da Secretaria Nacional

de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM.

A Secretaria Nacional de Juventude passou a ser o organismo do Governo Federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público juvenil. Ela também se tornou a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, tanto na interlocução com a sociedade civil (movimentos, ONGs, grupos juvenis etc.) como no trabalho conjunto entre os Ministérios e Secretarias, visando à criação de mais programas e ações e deve capitanear a construção da Política Nacional de Juventude.

O CONJUVE constituiu-se como espaço com a importante tarefa de estabelecer diretrizes sobre a política nacional de juventude baseada em um diálogo entre a sociedade civil e os membros do Governo. Ele é composto por 60 conselheiros, dentre os quais 20 são membros dos vários ministérios, do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, da CEJUVENT e das entidades representantes dos municípios, e 40 são membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, movimentos e pesquisadores.

No mesmo ato de implantação da Secretaria Nacional de Juventude e do CONJUVE foi constituído o PROJOVEM, que se tornou o principal programa de juventude do Governo Federal. O PROJOVEM teve inicialmente como foco, jovens entre 18 e 24 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que não têm emprego com carteira assinada. Com uma metodologia que inclui a educação profissional, a conclusão do ensino fundamental e o desenvolvimento de ações comunitárias, o PROJOVEM estabelece ainda uma bolsa que estimula a participação do jovem em suas atividades.

Embora seja o principal programa da Secretaria Nacional de Juventude, de acordo com o discurso do Governo Federal, as políticas públicas nacionais de juventude vão muito além do PROJOVEM. Elas provêm de iniciativas de muitos outros ministérios e secretarias (Educação, Trabalho e Emprego,

Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Ciência e Tecnologia, Cultura, Defesa, Turismo, Esportes, Desenvolvimento Agrário, Justiça, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e outros).

Pode-se, entretanto, considerar esse conjunto de iniciativas dos ministérios do Governo Federal como programas desintegrados e desconexos, ainda que haja um esforço da Secretaria Nacional de Juventude para realizar melhor articulação desse “amontoado” de ações e projetos para os jovens. Inclusive, a referida Secretaria lançou um Guia de Políticas Públicas de Juventude, catalogando os principais programas do Governo Federal para juventude.

O Governo Lula lançou, no final de 2007, de forma inédita, um programa unificado de juventude, reformulando o PROJOVEM, com a integração de seis programas federais já existentes, chamado pela imprensa de PAC da Juventude, com investimento aproximado de cinco bilhões até 2010, visando atender mais de quatro milhões de jovens. Com a reformulação, o PROJOVEM passou a ter quatro modalidades: Urbano, Campo, Trabalhador e Adolescente. É importante destacar que pela primeira vez na história do Brasil, um programa específico de juventude, no caso o PROJOVEM reformulado, aparece no Plano Plurianual do Governo Federal.

Lançou-se também a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada pela Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, vindo a ocorrer em maio de 2008, com a participação de dois mil e quinhentos jovens na sua etapa final, e envolvendo cerca de 400 mil jovens nas mais de 1.500 conferências estaduais, municipais e livres. Essa conferência teve como objetivo ampliar o diálogo e debate com os jovens acerca das políticas de juventude e, ao final, foram indicadas setenta resoluções e vinte e duas prioridades aprovadas pelos delegados presentes, na etapa nacional em Brasília, para serem encampadas pelo Governo Federal.

No momento atual, visando dar continuidade ao debate sobre as políticas de juventude no Brasil, a Secretaria e o Conselho Nacional de Juventude criaram o “Pacto pela Juventude”, que é uma proposição aos governos (federal, estaduais e municipais), e foi muito utilizado para que os candidatos a prefeito e vereador nas eleições de 2008 se comprometessem com as políticas públicas de juventude nas suas plataformas eleitorais e futuras ações de governo.

Além disso, o Governo tem no “Pacto pela Juventude” um instrumento para manter o debate em torno dos temas apresentados pela Conferência, viabilizando a ampla divulgação dessas propostas e o comprometimento com alguns parâmetros para implementação das políticas públicas de juventude.

Como última grande conquista até esse momento, teve-se a aprovação, em dois turnos, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda Orçamentária (PEC nº 138/2003), conhecida como a PEC da Juventude, sendo agora apreciada pelo Senado Federal. Essa ação é considerada uma grande conquista para os militantes das políticas de juventude no Brasil, haja vista que a palavra “jovem” ou “juventude” não constava nenhuma vez na Constituição Federal.

A aprovação dessa PEC insere o termo "Jovem" na Constituição Federal, no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais, permutando, o capítulo VII do Título VIII da Constituição, pelo substitutivo, passando a chamar-se "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso" - ou seja, o jovem é incluído na denominação do capítulo.

Considera-se essencial a aprovação dessa PEC na trajetória de consolidação das políticas de juventude na agenda pública, já que, ao incluir o conceito de juventude na Constituição, facilita-se o caminho para a aprovação de projetos estruturantes, como o Plano Nacional da Juventude e Estatuto da Juventude.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma sintética, o desafio desse artigo, foi fazer uma discussão inicial sobre a compreensão da juventude na contemporaneidade, identificado os diversos olhares atribuídos aos jovens pela sociedade, para em seguida, realizar uma contextualização das políticas de juventude no plano internacional e no Brasil, relatando a trajetória dessas políticas e sua situação no momento atual.

Observa-se que há uma ampla e diversificada percepção na sociedade sobre a juventude. O senso comum, no entanto, continua representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados, principalmente pela grande mídia, à violência e aos desvios de conduta.

Continua sendo um desafio para aqueles que querem propor políticas e iniciativas governamentais dirigidas aos jovens, reconhecer a diversidade da juventude, e pronunciar juventudes, no plural, para que a partir dessa melhor compreensão, possam-se construir políticas de juventude sustentáveis e com resultado.

Este quadro das políticas de juventude nos permite mostrar que, especialmente em nosso país, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de transformar em políticas públicas de Estado, as atuais políticas de governo para o público juvenil.

Identifica-se que já se deram passos importantes para consolidação desse processo. O início da institucionalização das políticas de juventude, em 2005, com a criação da Secretaria e Conselho Nacional de Juventude, foi um relevante passo à frente.

Entretanto, constata-se que se está longe de ter uma Política Nacional de Juventude. Ainda necessita-se construí-la! O que está posto como vitrine pelo Governo Federal é um grande programa emergencial, o novo PROJOVEM, para um segmento importante da juventude, com demandas bem específicas, que são os jovens mais pobres que pararam de estudar e não trabalham. Têm-se ainda alguns programas em outros ministérios, bastante desarticulados nesta lógica da política pública integrada.

É necessário e urgente estruturar uma “Política Nacional de Juventude Universal”, ou seja, para todos os jovens, com horizonte de longo prazo e com sustentabilidade política e orçamentária, e continuar o percurso de consolidação das políticas de juventude numa agenda pública de Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, ANPED n. 5-6, p. 25-36, 1997. Número especial.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. *Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes*. Brasília: UNESCO, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich, 2006.

FREITAS, Maria Virgínia de e PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.) *Políticas Públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003

PAIS, José Machado (org.). *Traços e riscos de vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto: Âmbar, 2000.

PONCE DE LEON, Alessandro. Juventude brasileira: geração problema ou oportunidade de desenvolvimento? in *Política Social Preventiva: Desafio para o Brasil*. Benecke, Dieter, e Nascimento, Renata (organização). Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

RACTUS, Rodrigo Abel. *Para além das políticas de juventude*. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Julia Alves M. *Análises de rede e políticas de juventude*. Brasília: UNB, 2008.

RUA, Maria das Graças. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. *In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. v.2. Brasília: CNPD, 1998, pag. 731-752.

SPOSITO, Marília P. e CARRANO Paulo. *Juventude e políticas públicas no Brasil*. In: Revista Brasileira de Educação, n. 24, set./dez. 2003.